

Maria do Rosário Ferreira

Coordenação



adernos de
Literatura Medieval - CLP

O Contexto Hispânico da Historiografia
Portuguesa nos Séculos XIII e XIV

Em memória de Diego Catalán

Maria do Rosário Ferreira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade (IF-FLUP/FCT); Centro de Literatura Portuguesa (CLP-FLUC/FCT).

7

**HISTORIOGRAFIA MEDIEVAL EM PORTUGAL:
VELHOS TEXTO, NOVOS CAMINHOS
BALANÇO EM FORMA DE INTRODUÇÃO**

Desde Novembro de 2008, vem-se desenvolvendo na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito do Centro de Literatura Portuguesa, um projecto de encontros científicos semestrais sobre temáticas medievais portuguesas nas quais os membros do CLP com formação na área da medievalística têm trabalho em curso. Integrados na linha de investigação *Poética e Poéticas*, sob a direcção científica de Marta Teixeira Anacleto, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, estes encontros partem de breves estados da questão sobre os campos de estudos escolhidos para a apresentação e proposta de discussão, aberta à comunidade científica interessada, dos progressos a eles trazidos pela investigação e reflexão recentes. Os *Encontros de Literatura Medieval do CLP* visam assim constituir, em alguma medida, marcos científicos com implicações nos avanços futuros do conhecimento em cada campo de estudos tratado. A ideia de reunir os estudos resultantes dos encontros em pequenos volumes que permitissem a divulgação dos pontos de vista aí expostos e discutidos surgiu como corolário lógico deste projecto a um tempo singelo nos meios e ambicioso nos propósitos.

O presente volume é fruto da reflexão produzida por ocasião do primeiro destes *Encontros de Literatura Medieval do CLP*, realizado em Novembro de 2008, que me coube organizar e coordenar. Subordinado ao tema «O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos séculos XIII e XIV», contou com uma conferência proferida por Inés Fernández-Ordóñez, professora da Universidade Autónoma de Madrid, e com uma mesa redonda moderada por António Resende de Oliveira, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Aí expuseram os rumos actuais dos seus trabalhos três membros de um grupo de investigação, o Seminário Medieval de Literatura Pensamento e

Sociedade (linha de investigação do Instituto de Filosofia sediado na Faculdade de Letras do Porto), que tem dedicado uma particular atenção ao estudo da primitiva historiografia em Portugal: José Carlos Miranda, professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Filipe Alves Moreira, doutorando dessa Universidade e bolseiro da FCT, e eu mesma, professora da Faculdade de Letras de Coimbra e investigadora também do CLP.

Por infeliz coincidência, a morte de Diego Catalán, figura tutelar dos estudos historiográficos hispânicos – e de quem a conferencista convidada, Inés Fernández-Ordoñez, é porventura a discípula mais destacada –, ocorreu quando o encontro estava em preparação. Por acordo unânime dos envolvidos, foi entendido que este não poderia senão ser uma homenagem à figura do ilustríssimo e saudoso filólogo e mestre, cujos estudos vinham desde os anos cinquenta do século XX a constituir marcos periódicos e inultrapassáveis na investigação sobre historiografia medieval peninsular. São pois os escritos decorrentes dessa ocasião – a conferência e as perspectivas discutidas na mesa redonda –, entretanto reformuladas e actualizadas, que agora aqui surgem reunidos.

A formulação escolhida para o tema, «O contexto hispânico da historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV», não é nem arbitrária, nem inocente. Por um lado amplia, nas suas condicionantes espaciais, e por outro restringe, na sua extensão temporal, o âmbito do objecto de estudo que define. Assim, coloca sobre a mesa o problema da escrita historiográfica portuguesa nos séculos XIII e XIV – ou seja, desde que a língua vulgar do ocidente peninsular, primeiro ensaiada por escrito nos cantares dos trovadores, se tornou veículo possível da representação e fixação da memória do território e das instituições nele sediadas até às redefinições políticas decorrentes da crise dinástica de 1383-1385, que viriam a ser definitivamente codificadas por Fernão Lopes. Todavia, ao ambientar essa escrita no contexto hispânico, o título implicitamente sugere que, anteriormente a tais redefinições políticas, os olhares, as escritas e as ideologias subjacentes à representação historiográfica em Portugal não se definiam pelo seu carácter português, antes se situavam e evoluíam num universo mais lato, enquadrando o reino numa mundivisão hispânica. O que equivale a afirmar que, então, a escrita historiográfica ou transcendia, ou – o que é historicamente mais credível – desconhecia os estritos limites dessa natureza nacional que com Fernão Lopes veio a tornar-se axiomática.

Que memória escrita sobreviveu então dessa época recuada, que permita fazer uma tal afirmação? Uma memória escassa, em quantidade; demasiado imprecisa ou fabulosa, do ponto de vista factual, para ser aceite como fonte fidedigna pelos estudos históricos

de pendor positivista; e insuficientemente elaborada, no que concerne aos critérios instituidores de literariedade, para ser considerada em paridade com, por exemplo, a lírica trovadoresca ou a crónica de Fernão Lopes. Situada assim numa terra de ninguém entre a literatura e a história, a historiografia portuguesa dos séculos XIII e XIV tem sido votada àquela espécie de limbo que acolhe os textos tidos como literariamente pobres ou historicamente pouco relevantes, ou ambos, e a que apenas resta como carta de nobreza o vago interesse cultural que a sua vetustez lhes confere e os salva do olvido total...

Ao desprezo estético e desconfiança epistemológica que envolve estes textos não terão sido alheias também razões do foro ideológico, com raízes remotas e bem implantadas no processo de construção da identidade portuguesa ao longo dos tempos. Razões que os nacionalismos que tão fundamente marcaram o século XX europeu vieram ainda fortalecer. Com efeito, o âmbito temporal desta primitiva historiografia portuguesa coincide *grosso modo* com a primeira dinastia, período a que a história, na lógica evolucionista que enforma as disciplinas positivistas, chama «da formação da nacionalidade», tendendo a centrá-lo na implantação da instituição monárquica e na progressão das fronteiras territoriais, cuja consolidação e definição permitiram, mais tarde, a eclosão do estado moderno. Todavia, em termos não de projecção num futuro, mas de captação de um presente, esse afigura-se ter sido um período de indefinições, ambiguidades e contradições no plano da consciência política, territorial, social, institucional e linguística. E toda esta multiplicidade se espelha nas lealdades confusas e difusas subjacentes às mais antigas memórias e representações que nos restam do reino de Portugal e das circunstâncias da sua constituição em território autónomo.

A realidade textual a que nos reportamos quando falamos da dita historiografia portuguesa dos séculos XIII e XIV não é absoluta e imutável, dependendo, antes de mais, da definição, mais ou menos restritiva, de «historiografia», e da noção, mais ou menos abarcante, daquilo que «portuguesa» poderia significar na época em causa. Se, na primeira categoria, se aceitarem estritamente textos conformes ao modelo cronístico – ou seja, textos que produzem sobre o passado uma narrativa organizada segundo uma progressão cronológica assente na sequência de unidades temporais constituídas por um reinado – e se, na segunda, se incluírem apenas textos originalmente escritos e preservados no vernáculo do ocidente peninsular, pode entender-se que a historiografia portuguesa dos séculos XIII e XIV é pouco mais do que um vazio textual. Todavia, o conjunto de obras que poderão considerar-se como pertencendo à historiografia portuguesa dos séculos XIII e XIV não depende apenas de abstrações apriorísticas de alcance estético-formal e linguístico.

Sendo adoptada uma formulação mais abrangente, de um «campo historiográfico» que tome em conta a funcionalidade dos textos tanto no contexto em que surgiram como para a posteridade, o panorama poderá alterar-se substancialmente.

Já com anterioridade ao século XIII se pode rastrear em meios clericais portugueses, nomeadamente em Santa Cruz de Coimbra, uma escrita não documental que procede ao registo de determinados acontecimentos atinentes ao território e às pessoas e instituições que nele se estabelecem e sobre ele exercem domínio, configurando assim uma memória. Temos anais (como os *Annales Portucalenses Veteres*), registos sumários tomando o ano como base da sua estrutura cronológica; relatos de batalhas ou conquistas (como o *De Expugnatione Scalabis*), em modo narrativo; surgem além disso secções historiadas de alguma dimensão inseridas em estruturas analíticas (como os *Annales Domni Alfonsi Portugalensium Regis*). Algumas hagiografias com interesse historiográfico (como a *Vita Theotoni*) combinam adequadamente os dois critérios, apresentando uma estrutura narrativa que abrange a duração da vida da personagem de que tratam. Porém, todas estas modalidades textuais eram redigidas em latim.

Após o advento da escrita em romance galego-português, contam-se antes de mais nos textos configuradores de uma memória do espaço e das personagens portuguesas os *Livros de Linhagens* (o mais antigo ainda do século XIII, provavelmente da década de setenta, os dois restantes com redacção nos inícios dos anos quarenta do século XIV). Entremeados de breves narrativas de menos do que duvidosa credibilidade, apenas a reabilitação do estudo da cultura da nobreza, iniciada em Portugal por José Mattoso na sequência dos trabalhos de George Duby e da «nouvelle histoire», permitiu ver nestes velhos nobiliários mais do que registos semi-fantásticos, valorizando-os não como fontes documentais mas enquanto representações significativas de um sector particular da sociedade portuguesa coeva. Os trabalhos de fundo de Luís Krus seguiram a mesma linha, e tornaram evidente a importância dos nobiliários para a compreensão da mentalidade aristocrática. Apesar de recuperados pela História, ainda há bem poucos anos estes escritos, totalmente discrepantes do modelo cronístico, pois nem a progressão cronológica nem o modo narrativo são neles elementos constitutivos, não tinham sido instaurados pela disciplina literária no seu lugar de obras historiográficas de pleno direito, merecedores de uma atenção detalhada enquanto objectos textuais.

Por outro lado, o «campo historiográfico» entendido como domínio da escrita instituidora da memória vai sendo reformado e ampliado pelo estudo dos próprios textos, das

relações que estabelecem com outros textos anteriores ou coevos, da sua proveniência e circulação ao longo do período considerado. Muitas vezes é desvendada a existência de obras historiográficas perdidas, ou recuperada a insuspeitada dimensão historiográfica de obras integradas pela literatura em diferentes géneros, e configuram-se assim novos objectos que poderão qualificar-se para o nosso estudo. Vejamos. Até meados do século XX não seria descabido afirmar-se que o *corpus* textual da primitiva historiografia portuguesa começava e terminava com os *Livros de Linhagens*. À parte eles, e como testemunho de actividade historiográfica em Portugal, restavam as referências à tradução do árabe, no reinado de D. Dinis, da chamada *Crónica do Mouro Rasis*. Um estranho texto sobre Afonso Henriques contido nas *Crónicas Breves de Santa Cruz de Coimbra* suscitava algumas suspeitas de inusitada antiguidade. E era tudo. Porém, esse estado do conhecimento foi definitivamente ultrapassado no dealbar da década de 1950. O primitivo campo historiográfico em Portugal é uma realidade que desde então se vem intermitentemente construindo, a partir da evidência empírica crescente de uma rede textual que, indiferenciando reinos e línguas de proveniência, serviu um mesmo propósito de representação do passado tendo como ponto centralizador da perspectiva o território português, mas como horizonte inescapável a Espanha, a antiga Hispânia de que esse território se assumia então como parte integrante.

Devemos a Luís Filipe Lindley Cintra e aos notáveis estudos filológicos que encetou ainda na primeira metade do século XX, culminando na edição crítica da refundição de *circa* 1400 da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (1951-1990), a reapreciação e redimensionamento da historiografia vernácula em Portugal até ao século XV. Antes de mais, pela restituição ao ambiente cultural do ocidente peninsular da *Crónica de 1344* – até então designada, de acordo com a tradição pidaliana, «Segunda Crónica General de España» e considerada de autoria castelhana –, obra que o filólogo português atribuiu ao Conde D. Pedro de Barcelos, filho bastardo de D. Dinis, igualmente promotor do mais extenso e mais recente dos três nobiliários. Lindley Cintra apurou ainda a densa rede textual implicada na feitura destas duas obras, pondo assim a claro a inextricável ligação da primitiva produção historiográfica portuguesa à tradição genealógica navarra do *Liber Regum*, por um lado, e à historiografia castelhana em vulgar tributária da *Estoria de España* alfonsina, por outro. Com o estabelecimento da autoria da *Crónica de 1344* e com o levantamento do vasto domínio de matérias e textos necessários para, em conjunto com o *Livro de Linhagens*, a urdir, Lindley Cintra desvendou uma primitiva cronística portuguesa inscrita numa textualidade vernácula hispânica global e instituiu o filho de D. Dinis, autor igualmente

da recolha de poesia trovadoresca conhecida como *O Livro das Cantigas*, em vulto maior da cultura peninsular do século XIV. É verdade que o texto que a sua edição crítica traz a público não corresponde ao que o Conde de Barcelos terá escrito, e do qual não resta nenhum testemunho português. Trata-se de uma refundição, a que Cintra chama «segunda redacção», dessa crónica fundadora, levada a cabo, segundo estima, um bom meio século mais tarde e devidamente preservada no romance próprio do reino de Portugal. Todavia, os seus estudos não deixaram por isso de incidir fundamentalmente nas circunstâncias e condicionamentos textuais e, em alguma medida, contextuais que terão propiciado e acompanhado a redacção original da *Crónica de 1344*.

Como uma espécie de subproduto da sua pesquisa sobre a iniciativa historiográfica de D. Pedro de Barcelos, Lindley Cintra acabou por mostrar a existência de toda uma envolvente textual que vinha sendo aclimatada ao ambiente português ainda antes de o Conde ter tomado para si o cargo de guardião da memória do reino e dos seus fidalgos tal como os concebia: enquanto corpo e prole de uma Espanha matricial. Textos maioritariamente filiáveis na tradição vernácula hispânica que circularam na área geo-política de influência linguística do galego-português, tendo sido objecto de tradução ou de adaptações várias no romance do ocidente peninsular, e que constituíram em grande parte o universo textual onde a *Crónica de 1344* e o *Livro de Linhagens* foram idealizados. São, no essencial, as obras apuradas nesse levantamento que constituem hoje o *corpus* da historiografia portuguesa anterior ao século XV, mesmo que estudos mais recentes tenham em muitos casos precisado ou redefinido a respectiva datação, origem, filiação textual e o estatuto mais ou menos autónomo que lhes cabe no âmbito da historiografia hispânica coeva. Várias das perspectivas e conclusões de Lindley Cintra vieram ao longo dos anos a ser revistas ou mesmo refutadas. Mas nenhum estudioso da primitiva historiografia portuguesa ignora que, sem o legado vastíssimo e basilar do Mestre, pouco teria hoje para dizer, contradizer ou desdizer sobre o assunto.

Para além dos *Livros de Linhagens*, o *corpus* textual historiográfico em vernáculo do ocidente peninsular conta desde então com a *Crónica de 1344*, no seu testemunho tardio e reformulado de *circa* 1400; com a tradução de uma vasta porção da *Versão Amplificada da Estoria de España* e de uma *Crónica Particular de São Fernando* datáveis da primeira metade do século XIV; com uma tradução da *Crónica de Castela*, situável pelos inícios do século XIV, que não deverá ser muito posterior ao original; e com um curioso trecho da família textual do *Liber Regum*, que, segundo estudos recentes (de José Carlos Miranda), será não uma tradução mas uma adaptação parcial dessa obra, propositadamente redigida

em galego-português e contemporânea da tradução da *Crónica de Castela*. O mesmo *corpus* inclui ainda, como peça de importância fundamental, um texto atípico, recolhido pela cronística alfonsina antes de ter sido usado pelo Conde de Barcelos, onde surge uma imagem bastante pouco consensual do primeiro rei de Portugal, e que foi entendido, durante décadas e por vários estudiosos, como derivando de uma fábula jogralesca de origem difícil de precisar. Este texto foi há bem pouco tempo trazido à ribalta da historiografia medieval peninsular ao ser identificado (por Filipe Moreira) com a peça central de uma *Primeira Crónica Portuguesa* que remontaria ao reinado de D. Afonso III. Com estatuto mais dúbio, por serem muitas as incertezas quanto ao grau de intervenção do redactor da *Crónica de 1344*, pode contar-se também neste *corpus* historiográfico em galego-português o testemunho parcial da já referida tradução portuguesa da *Crónica do Mouro Rasis* indirectamente preservada na refundição de *circa* 1400.

Lindley Cintra, porém, não perseverou neste campo de estudos. De facto, veio muito mais tarde a recordar, com característico desprendimento, o pouco impacto que os seus trabalhos sobre historiografia medieval tinham tido nos meios académicos e culturais portugueses, em contraste com o interesse de que, internacionalmente, eram objecto (em http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_03/03_07_MattosoCintra.pdf). E na verdade, pensando no ambiente cultural e político que pelos anos cinquenta, sessenta e ainda setenta do século XX se vivia no país, nesses tempos em que Portugal ainda não tinha «entrado na Europa» e em que o escudo, no orgulho ou na nostalgia da sua imagem de moeda forte, se media com a peseta, nesses tempos em que as memórias heróicas de Aljubarrota e dos conjurados do primeiro de Dezembro alimentavam na escola os germes de um anti-castelhanismo primário... Recordando esse Portugal nacionalista de então, que outra repercussão, a não ser um tácito silêncio, poderiam os estudos de Cintra ter alcançado? O que traziam eles ao conhecimento, senão a pouco saudável promiscuidade de línguas, opções ideológicas e lealdades político-territoriais praticada por grandes personagens do reino numa época fundamental para o estabelecimento precoce das distinções constitutivas da identidade e soberania nacionais? As ambiguidades em torno da questão linguística, sobretudo, sempre fulcral na definição de identidades, não podiam deixar de ser encaradas com desconfiança zelosa.

Como dizia, Lindley Cintra não prosseguiu para além da década de cinquenta os seus estudos sobre historiografia medieval em Portugal, limitando-se, nesse campo, a terminar a edição da refundição da *Crónica de 1344*. A redacção original dessa crónica, a mais imponente realização da primitiva historiografia portuguesa, preservada apenas em

tradução castelhana, continua ainda, na sua maior extensão, por editar. Mas alguém, sintomaticamente do lado de lá da fronteira luso-espanhola, retomou a investigação no ponto exacto em que o filólogo português a havia suspenso: no complexo cruzamento de fontes, maioritariamente vernáculas e hispânicas mas não ocidentais, que estivera na origem da obra historiográfica do Conde de Barcelos. E esse alguém foi Diego Catalán Menéndez Pidal.

Metodologicamente, a continuidade entre os dois mestres é total, pois tanto Lindley Cintra como Diego Catalán se enquadravam na escola filológica espanhola tutelada por Don Ramón Menéndez Pidal. Porém, o ponto de vista de Catalán não estava condicionado por um imperativo político implícito que valorizava os textos historiográficos galego-portugueses enquanto testemunhos linguísticos da individuação de uma nação e de um povo. No quadro de uma Hispânia onde a diversidade interna era constitutiva, as diferenças linguísticas e formais dos textos medievais tendiam a diluir-se e as afinidades temáticas e contedísticas a reforçar-se mutuamente de texto para texto, estabelecendo os elos e os nexos de uma representação do passado senão una, pelo menos partilhada. Os representantes da historiografia galego-portuguesa eram pois mais do que bem vindos a essa *koiné* historiográfica peninsular.

É claro que se, numa primeira abordagem filológica mais estritamente dependente da crítica textual, o que ressaltava era o parentesco entre testemunhos, versões e obras, um trabalho comparativo mais focalizado nos aspectos discursivos e ideológicos acabava por pôr a claro a irreduzível diversidade que o processo de contínua reescrita próprio da historiografia medieval introduzia nos textos. O labor filológico de Diego Catalán incorporou assim de forma cada vez mais nítida uma dimensão interpretativa das obras e do diálogo entre elas, estabelecido no respectivo contexto histórico, político, ideológico e sociológico. Desse diálogo, a historiografia emerge sem dúvida como o produto de uma cultura narrativa e de uma memória hispânicas comuns. Todavia, a representação do passado por ela veiculada instituía-se em testemunho das fracturas e divergências de uma península em contínua transformação política e social, revelando um espaço geográfico e humano que não falava a uma mas a muitas vozes, e tornando aparente que o que definia e orquestrava essas vozes não dependia, bastas vezes, da consciência das fronteiras territoriais mas de outros factores, na época mais mobilizadores do poder da escrita e, em particular, da escrita historiográfica. E são essas vozes do passado, oriundas de sectores sociais e políticos definidos e diversos, essas vozes interventivas no seu tempo mas que a história subsequente nivelou, desentendeu, esqueceu, que os actuais estudos sobre historiografia medieval

pretendem identificar e fazer ouvir, dando uma vez mais vida e sentido aos textos que as guardam.

Os avanços trazidos ao conhecimento da historiografia hispânica por Diego Catalán, de extraordinária relevância no que à área galego-portuguesa diz respeito, serão expostos neste volume por quem melhor do que ninguém o sabe fazer, Inés Fernández-Ordóñez, com todo o carinho e admiração que o seu saudoso mestre lhe merece e o profundo conhecimento da sua obra e personalidade que longos anos de convívio lhe proporcionaram. Todavia, e porque é de uma relevância fundamental para as perspectivas e metodologias de investigação que se manifestaram no encontro do qual o volume decorre, quero destacar a ponderada reflexão do eminente filólogo sobre as relações entre história e historiografia, factos e relatos, verdade e memória, caos dos dados e sentido das representações, ilusão da realidade objectiva e reconstrução mental motivada do passado. Diversamente formulada em vários dos seus últimos escritos, essa reflexão transparece admiravelmente no parágrafo inicial da derradeira obra que deu à estampa, o *«Rodericus» Romanzado* (2005: 1):

En los últimos decenios del siglo XX, una «crítica textual» renacida de sus cenizas ha hecho posibles en España grandes avances en los campos hermanos de la Historiografía latina o romance de los siglos XIII-XIV; pero lamentablemente persiste una notoria incomunicación entre los estudiosos de una y de otra. También siguen siendo manifiestas las barreras que separan a los «historiadores» documentalistas, que aspiran a reconstruir «los hechos» que fueron de los «filólogos» que nos interesamos en los «relatos» y sus interrelaciones, sobre todo de aquellos que, como es mi caso, tenemos por cierto que no hay más realidad pasada que la fabricada por las mentes de quienes ponen orden y sentido en el caos de lo que pasó. Y, sin embargo, unos y otros nos necesitamos de nuestro quehacer y podemos sacar gran provecho de una mas atenta y activa intercomunicación, aunque el consenso sea, por razones de principio, imposible, e quizá, innecesario o incluso pernicioso (como en cualquier otro aspecto ideológico).

Neste pequeno trecho, ao negar à historiografia medieval a capacidade de transposição fidedigna da realidade factual que assumidamente relata, Catalán reclama-a inteiramente como património de estudo daqueles a quem chama «filólogos» e que define pelo seu interesse privilegiado não pelo mundo real, onde os factos se terão verificado, mas pelo universo textual onde as narrativas contam e recontam uma realidade fabricada no mesmo acto de contar, tornando inteligíveis os restos aleatórios do passado. O filólogo põe o dedo na ferida aberta da difícil relação entre a historiografia e a história, e da incompreensão do estatuto ontológico e epistemológico dos textos historiográficos que tanto tem dificultado

o entendimento do tipo de conhecimento do passado que eles nos podem fornecer. E, se descreve dos textos historiográficos enquanto fontes históricas, nem por isso nega que sejam historicamente significativos – muito pelo contrário.

De facto, ao acentuar a falta de préstimo documental da escrita historiográfica, o filólogo amplifica o seu valor de representação. Representação discursiva em modo narrativo, representação que se tece necessariamente a partir de outros discursos e outros relatos, com os quais cada novo texto dialoga ideologicamente e nos quais, para além disso, busca as imagens e as estruturas discursivas com as quais filtra a matéria que conta – umas vezes já referida ou transmitida pelas suas fontes, outras não – e lhe modela os contornos. As afinidades primordiais da historiografia não se situam então no universo dos acontecimentos relatados, mas no dos textos a partir dos quais se formula enquanto relato. É assim a própria natureza textual da historiografia a determinar a especificidade das abordagens metodológicas que permitirão analisar e interpretar as obras historiográficas sem abuso e sem ingenuidade, mas também sem perda do sentido do passado que elas veiculam. Neste pressuposto, o significado histórico de um texto historiográfico, e o conhecimento do passado que nele poderemos buscar, não depende da verdade dos factos dos quais ilusoriamente decorre mas das relações que estabelece com outros textos que lhe estão a montante ou que dele vêm a derivar, construindo uma rede de significados que constitui em si mesma a teia e a trama da História.

Para Catalán, e citando agora *El Cid en la Historia y sus Inventores* (2002: 11, 124), não são os factos mas as narrativas os constituintes da história, uma história que declara «creación, hallazgo, invención de unos narradores que seleccionan, organizan y dan sentido a ciertos “datos” que la memoria o un determinado tipo de documentación pone a su alcance». Mas vai mais longe. As suas conclusões extravasam da historiografia medieval para a narrativa histórica intemporalmente considerada, quando afirma que «cualquier historia (por muy objetiva e científica que quiera ser) es siempre interpretación “política” del pasado (próximo o lejano), es utilización del ayer en función del hoy, es lección cara al futuro». Assim, para ele – e, com ele, para os investigadores que participaram neste encontro –, a História, as histórias, todos os contos e recontos do passado, os de há séculos como os de hoje (e esta introdução, enquanto perspectiva do percurso recente dos estudos historiográficos medievais em Portugal, é mais um reconto), não são invenção nascida de um impulso ingénuo para ordenar e dar sentido ao que se conta, mas intervenção direccionada. São interpretações do passado marcadas por uma concepção ideológica e uma motivação pragmática. E deste princípio geral da construção da narrativa histórica decorre que também

a historiografia medieval se configura como discurso político. Manifesta uma intencionalidade e é produto de uma vontade, constituindo um acto de escrita instituidor de poder.

A concepção de escrita historiográfica que Diego Catalán expressa nestes seus escritos já do século XXI está, pois, muito longe de entender os textos como testemunhos de um qualquer passado – nem dos acontecimentos que relatam, nem sequer dos contextos em que surgem. Pois aos primeiros, os textos dão-lhes forma ao contá-los; e aos segundos, os textos transformam-nos ao inscreverem-se neles. Se de alguma coisa a escrita historiográfica dá testemunho é dos pressupostos ideológicos e dos objectivos políticos que subjazem às vontades que a ditam. Enquanto narrativa da história que é, a historiografia medieval funcionaliza o texto, transformando o relato em acto e a escrita em modo de intervenção no universo mental e factual que o produz. Uma intervenção declinada no tempo, construindo o passado, modelando o presente e projectando-se no futuro.

Estas duas dimensões da historiografia tão agudamente formuladas e destacadas por Diego Catalán nas suas últimas obras – a dimensão literário-textual e a dimensão ideológico-política – constituem os eixos orientadores da prática de investigação dos participantes neste volume, que os levou à percepção e identificação, no primitivo campo historiográfico português, de vozes distintas, oriundas de sectores diversos da sociedade coeva e veiculando uma memória polifónica.

Filipe Alves Moreira trata dos primórdios da cronística régia em Portugal, identifica o corpo textual central daquela a que chama a *Primeira Crónica Portuguesa*, redigida provavelmente no reinado de Afonso III, investiga as fontes, a estrutura global, o âmbito histórico e a posteridade textual dessa obra parcialmente perdida, equacionando a posição que lhe cabe tanto na historiografia portuguesa como na tradição historiográfica hispânica, e avança ainda a possibilidade de que o projecto de fixação da memória da dinastia portuguesa germinasse já desde reinados anteriores em meios afectos à corte régia.

Buscando nos testemunhos do século XII os argumentos que acompanharam a formação do reino de Portugal e se actualizaram no propósito de legitimação régia veiculado na *Primeira Crónica Portuguesa*, José Carlos Miranda mostra como a representação aristocrática do passado no *Livro Velho de Linhagens* se contrapõe a este cenário de predomínio do poder régio, e como a convocação de fontes e argumentos representativos do passado mítico do centro peninsular própria da primeira destas obras a integra numa iniciativa de escrita a mais longo prazo, que viria a patrocinar a tradução e o enquadramento textual portugueses de obras como a *Crónica de Castela*.

Eu mesma apresento a escrita historiográfica do Conde de Barcelos, a forma como entrelaça no nobiliário e na crónica o sangue e os feitos guerreiros de linhagens régias e aristocráticas, como desvia o neogoticismo do seu objectivo de atribuição exclusiva do direito sobre o antigo reino Visigodo à dinastia Leonesa para um propósito legitimatório que se estende à totalidade dos «nobres fidalgos d’Espanha» e como, sobre esse equilíbrio nivelador entre monarquia e nobreza, constrói a memória idealizada de uma Espanha a que o desígnio comum da recuperação da terra conferia uma unidade que se sobrepunha às fronteiras políticas instituídas.

Diferentes versões da história do território Português e das legitimidades subjacentes ao seu domínio a que terão correspondido outros tantos projectos de escrita, diversos nas modalidades discursivas utilizadas, e corporizados nas obras historiográficas que hoje nos preservam. É essa multiplicidade de interpretações coevas do nosso distante passado que este volume pretende dar a conhecer.